



Handwritten signatures in blue ink:
1. A signature starting with a large 'C' and 'V'.
2. A signature that appears to be "Paulo Almeida".
3. A signature that appears to be "Marta".
4. A signature that appears to be "R".

Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide

Sessão Ordinária de 18 de Maio de 2026

Local de realização: Edifício da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide



Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'P' and 'A'.

Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide

Ao décimo oitavo dia do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e seis, nos termos da alínea b) do nº 1, do art.º 54.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide, na Sede da Junta de Freguesia, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, João Manuel Godinho Olaia Velez, com as presenças dos membros: 1º Secretário Paulo José Gabriel Lopes, 2ª Secretária Engrácia Maria Godinho Calado Vaz e os membros da Assembleia de Freguesia Maria João Lobo Buinho, Ana Sílvia dos Santos Batista Pereira, Sónia da Graça Trindade Candeias e Maria Filomena Pimenta Machado.

Não se registando ausências

Esteve também presente a Exma. Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia Maria José Bizarro Gomes, o Exmo. Sr. Secretário José Filipe Regueira D'Oliveira.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled 'C' and 'P', and the names 'Paulo Aleg' and 'Filomena'.

Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide

Com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um- Relatório de Contas 2025

Ponto Dois- Informação sobre a atividade da Junta de Freguesia

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e agradeceu a sua presença, iniciando de seguida a sessão.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um- Relatório de Contas 2025

A membro **Ana Pereira** questionou a ausência de uma apresentação formal do relatório, ao que o Presidente da Assembleia esclareceu que o documento tinha sido previamente remetido aos membros para análise.

Ana Pereira criticou a desatualização do inventário patrimonial, assinalando a presença de equipamentos obsoletos (computadores Pentium 2, Celeron 300, monitor 14", teclados, ratos, impressora a jacto de tinta, Windows 95 e Word 95). Questionou ainda por que motivo uma fatura de aquisição de computador em 2025 não constava do inventário, exigindo a sua atualização e verificação dos equipamentos efetivamente em uso.

Ana Pereira alertou para a existência de uma fatura não liquidada, resultante de um fornecedor que executou parcialmente o serviço (mobiliário para a residencial) e entrou em insolvência. O Presidente da Assembleia esclareceu que a parte concluída foi paga e que está prevista a emissão de nota de crédito pelo remanescente. A membro recordou que faturas não pagas desde 2020 poderiam levantar questões junto do Tribunal de Contas.

Sugeriu igualmente que o valor da dívida global constasse do relatório de contas; o Presidente contrapôs que o relatório de 2025 é um documento positivo e que as dívidas anteriores constituem matéria separada.

Quanto à apresentação das faturas, **Ana Pereira** propôs a consolidação anual por fornecedor (EDP, Prosegur, água), em vez da listagem fatura a fatura. O Presidente explicou que os múltiplos pontos de consumo justificam as diversas entradas, sendo os contratos com a Iberdrola associados aos painéis solares.

Os membros **Ana Pereira** e **Filomena Machado** questionaram por que razão a Junta não conta com um Técnico Oficial de Contas (TOC). A Presidente reconheceu as limitações do processo atual e confirmou a intenção de contratar um TOC, o que libertaria a funcionária responsável para outras tarefas.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide

O Relatório de Contas de 2025 foi **aprovado com 3 votos a favor** (membros do PSD) e **4 abstenções** (2 membros do MICF, que apresentaram declaração de voto para anexar à ata; 1 membro do Chega; 1 membro do PS, que também apresentou declaração de voto).

Ponto Dois — Informação sobre a Atividade da Junta de Freguesia

A Presidente da Junta apresentou o enquadramento jurídico do pedido de informação subscrito pelo Secretário e mais três membros da Assembleia, invocando o artigo 268.º da Constituição da República Portuguesa e os artigos 82.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. Distinguiu entre direito à informação procedimental (proc. em curso) e não procedimental (acesso a arquivos e registos), manifestando disponibilidade para prestar os esclarecimentos devidos, no respeito pelas competências.

- P1 — Auditoria externa:** O custo varia entre 5.000 e 15.000 € por ano auditado. O ponto foi apresentado em reunião de executivo de 22/12/2025, mas ainda não voltou à ordem do dia por existirem assuntos prioritários.
- P2 — Regimento da Junta:** Será elaborado logo que a disponibilidade o permita; têm sido priorizados o funcionamento do balneário termal, os procedimentos contratuais dos colaboradores e a contratação dos pequenos-almoços da residencial.
- P3 — Academia Sénior:** Reunião agendada para 29 de maio de 2026 com o Prof. Dr. José Carlos Bravo Nico, a pedido do Secretário do Executivo.
- P4 — Cedência de pastagem:** Documentos e dados necessários remetidos ao advogado da Junta para elaboração do contrato.
- P5 — Subida de categoria de funcionária:** Não é viável em 2026 por não haver cabimento orçamental (cf. ata de 18/02/2026).
- P6 — Descontos interfreguesias nas termas:** Tema a desenvolver após resolução dos procedimentos urgentes.
- P7 — Vila Romana da Horta da Torre:** Inserção em propriedade privada impede votação; serão solicitadas informações à Câmara Municipal sobre procedimentos de divulgação.
- P8 — Cemitério:** A prioridade é o alargamento. Estão em curso diligências para chegar a um entendimento.
- P9 — Candidatura de reabilitação da sede da Junta:** O apoio da CCDR Alentejo é de 60% no máximo, pelo que a Junta teria de assegurar 40% de contrapartida. O projeto exige consultas técnicas prévias e ainda não foi iniciado por limitações financeiras.

A Exma Sr.^a Presidente acrescentou ainda que se tinha efectuado os seguintes procedimentos:

- Instalação de software adequado para requisições e credenciais eletrónicas da Segurança Social para pagamento de tratamentos termais.
- Adesão à Botija Solidária.



Handwritten signatures and initials:
13
Paulo Lopes
Handwritten initials and a checkmark.

Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide

- Apoio ao grupo Raiz no videoclip gravado em Caboço de Vide.
- Apoio futuro aos Aceleras Videnses num encontro a realizar no mês seguinte.
- Colaboração com o projeto jornalístico Água Termal.
- Inscrição da Junta na Central de Compras dos Municípios (projeto do gás já elaborado; a central tem escala nacional, não permite restringir a fornecedores locais nos pequenos-almoços).

Ana Pereira questionou a ausência de dados sobre consultas, tratamentos e ocupação da residencial. A Presidente comprometeu-se a enviar os dados aos membros e sugeriu uma análise da capacidade e origem dos utentes para melhorar a estratégia de publicidade.

Sónia Candeias perguntou pelo horário de funcionamento. A Presidente informou que as Termas funcionam apenas de manhã para tratamentos; as tardes são reservadas para limpeza.

O 1.º Secretário **Paulo Lopes** alertou para informações segundo as quais a Assembleia Municipal terá criado uma comissão para fiscalizar o programa de financiamento das Termas da Sulfúrea, com eventual autoridade sobre toda a atividade da Junta, o que na sua perspetiva contraria as competências da Assembleia de Freguesia como órgão fiscalizador da Junta. A Presidente respondeu que o contrato prevê apenas a obrigatoriedade de relatório; o Secretário sublinhou que consultar um relatório não equivale a fiscalizar. O Presidente da Assembleia considerou que, tendo o Município financiado, há legitimidade para alguma forma de acompanhamento, sem prejuízo da responsabilidade da Assembleia de Freguesia.

Filomena Machado questionou a situação contratual do pessoal das Termas. A Presidente confirmou que o regime se mantém em prestação de serviços, detalhando: 10 funcionárias/os no balneário + 2 na secretaria do balneário; 3 na secretaria da residencial + 3 na limpeza.

A primeira tranche do programa de financiamento já foi recebida, estando prevista a sua utilização para pagamento de fatura de gás, aquisição de software e despesas imprevistas (caldeiras da residencial).

A Exma Sr.ª Presidente esclareceu como serão executados estes assuntos.

- Pequenos-almoços da residencial: concurso restrito a empresas da freguesia, com caderno de encargos e audiência prévia; foram ouvidos todos os cafés e restaurantes; 3 manifestaram interesse e receberão convite para apresentar proposta.
- Bar do Balneário: serão instaladas máquinas de vending.
- Bar junto à piscina: concurso por edital e carta fechada.
- Lavandaria: caderno de encargos e consulta prévia.

Período de Intervenção do Público

Uma participante do público questionou se houve transferências de competências recentes. A Presidente e o Presidente da Assembleia confirmaram que não. A interveniente abordou a possibilidade de, em futuras transferências (ex.: espaços verdes), as mesmas virem acompanhadas de pessoal ou de compensação financeira adequada, sendo as condições negociáveis. A Presidente referiu a existência de contratos com o centro de emprego.



(Handwritten signatures and initials)

Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide

Um participante questionou a responsabilidade pelos buracos nas ruas, citando o exemplo da zona da Videvest. O Presidente da Assembleia esclareceu que a degradação das ruas e as intervenções de canalização são da responsabilidade das Águas do Alentejo.

Filomena Machado relatou uma avaria de cano na Rua do Leitão durante as filmagens do videoclip do grupo Raiz, salientando a dificuldade em contactar a empresa das Águas do Alto Alentejo (inexistência de piquete em Ponte de Sor). A situação só foi resolvida ao meio-dia após contacto com Paulo Madeira. Sugeriu que a Junta e a Assembleia façam pressão junto das entidades competentes.

Foram discutidos outros assuntos como:

- Porta do depósito de abastecimento de água encontrada aberta (presença de produtos químicos no interior); recomendado participar à GNR.
- Um dos holofotes de iluminação da Torre do Relógio está avariado desde as últimas tempestades; email enviado à Câmara sem resposta.
- Tanques dos repuxos em frente ao Antiquário com água estagnada, mau cheiro e proliferação de mosquitos; solicitada atuação junto da Câmara.
- Fonte do Zambujo encoberta pela vegetação; solicitada intervenção da Junta (impossível de momento por escassez de funcionários).

Um participante questionou se a instalação de lombas na EN 369 (junto aos semáforos e na Rua da Associação) foi aprovada em reunião do executivo. A Presidente respondeu que não. O interveniente alertou para a obrigatoriedade de aprovação pela Comissão de Trânsito Municipal (Presidente da Câmara, Chefe de Proteção Civil, presidentes de Junta, comandantes da GNR e dos Bombeiros) e considerou que, não tendo sido aprovadas por essa via, as lombas estarão ilegais, representando perigo por má colocação e sinalização insuficiente.

Uma participante do público levantou a questão da hipótese de instalação de um campo de tiro da Força Aérea no concelho de Alter do Chão, expressando preocupação com o possível impacto negativo nas Termas da Sulfúrea, designadamente nas nascentes de água. Sugeriu que a Junta recolha e disponibilize toda a informação possível.

O Presidente da Assembleia manifestou preocupação, referindo ter contactado de imediato o Presidente da Câmara após tomar conhecimento da notícia. Realçou que existe um perímetro de segurança em torno das Termas que condiciona certo tipo de construções, e justificou a escassez de informação com o facto de ainda não existir uma localização definitiva para o campo de tiro.

Encerramento

A sessão foi encerrada pelo Presidente da Assembleia às 23h00.

Para constar se lavrou a presente ata que, lida e considerada conforme, vai ser assinada.



Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide

Os Membros da Assembleia,

Presidente

(João Manuel Godinho Olaia Velez)

Primeiro Secretário

(Paulo José Gabriel Lopes)

Segunda Secretária

(Engrácia Maria Godinho Calado Vaz)

Membro da Assembleia

(Maria Filomena Pimenta Machado)

Membro da Assembleia

(Maria João Lobo Buinho)

Membro da Assembleia

(Sónia da Graça Trindade Candeias)

Membro da Assembleia

(Ana Sílvia dos Santos Batista Pereira)



Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide

18 de maio de 2026

Declaração de voto

Eu, Ana Sílvia dos Santos Batista Pereira, eleita para a Assembleia de Freguesia de Cabeço de Vide, declaro o meu sentido de voto relativamente à apresentação do relatório de contas de 2025.

O meu voto é: **Abstenção**

Fundamento o presente sentido de voto nos seguintes termos:

Após análise do Relatório de Contas de 2025, entende-se que a execução orçamental da Freguesia de Cabeço de Vide apresenta um resultado global positivo, com saldo da execução orçamental de 46.810,89 € e níveis de execução da receita e da despesa que, em termos gerais, revelam estabilidade financeira. Este desempenho demonstra capacidade de gestão corrente e cumprimento das obrigações contabilísticas e orçamentais legalmente exigidas.

Ainda assim, uma leitura política mais exigente obriga-nos a olhar para além do saldo final. A forte dependência de receitas correntes, em especial das atividades de serviços e de transferências, evidencia uma estrutura financeira pouco diversificada e, por isso, vulnerável a oscilações externas. Ao mesmo tempo, a execução da despesa de capital ficou aquém do desejável, o que levanta dúvidas sobre a concretização efetiva dos investimentos previstos e sobre a capacidade de transformar orçamento em obra visível para a população.

É igualmente relevante assinalar a existência de obrigações transitadas para 2026, no valor de 9.404,09 €, o que exige prudência acrescida na gestão da tesouraria e no acompanhamento dos compromissos assumidos. Assim, embora o documento reflita contas equilibradas, ele também mostra limites na dinamização do investimento e na consolidação de uma estratégia de desenvolvimento local mais ambiciosa.

Por isso, no meu entendimento a minha abstenção traduz uma posição de reserva responsável: não ignora os aspetos positivos da gestão, mas também não permite endossar plenamente um relatório que, apesar de equilibrado nas contas, revela insuficiências na concretização das prioridades da população.

Em suma: as contas podem aparentar, estar formalmente controladas, mas isso não significa que traduzam a realidade financeira da freguesia. Quando existem responsabilidades e dívidas acumuladas que não têm sido devidamente refletidas ao longo dos anos, cria-se uma imagem artificial de equilíbrio que não corresponde plenamente à situação efetiva. Por isso, este documento fica aquém do que a população precisa e espera de uma gestão transparente, rigorosa e verdadeiramente responsável.

Solicito que esta declaração conste na íntegra da ata.

Cabeço de Vide, 18 de maio de 2026

Ana Sílvia dos Santos Batista Pereira

MOVIMENTO INDEPENDENTE PELO CONCELHO DE FRONTEIRA



O MICF opta pela abstenção em vez da rejeição porque reconhece aspetos positivos na gestão financeira da Junta de Freguesia, nomeadamente:

Saldo positivo de execução orçamental; Ausência de endividamento bancário; Elevada taxa de cobrança de receitas; Adoção do SNC-AP e cumprimento formal da Lei dos Compromissos.

Contudo, considera existirem várias irregularidades técnicas, jurídicas e de transparência que impedem uma aprovação sem reservas.

Principais críticas apresentadas

1. Invalidade formal do relatório

O documento não contém a assinatura do Contabilista Público responsável, o que poderá comprometer a validade formal das contas perante o Tribunal de Contas.

2. Irregularidades patrimoniais

O inventário patrimonial apresenta apenas sete bens antigos, incluindo software obsoleto como Windows 95 e Word 95, todos registados com valor zero. Ao mesmo tempo, existem aquisições de capital em 2025 superiores a 46 mil euros que não aparecem no inventário. O MICF considera isto uma violação das regras contabilísticas e patrimoniais.

3. Dívidas e falta de transparência

O relatório refere obrigações transitadas para 2026 no valor de 9.404,09€, mas sem explicação detalhada. Além disso, existem dívidas há mais de 365 dias, situação que poderá configurar pagamentos em atraso nos termos legais.

4. Contratação pública

Todas as 148 adjudicações realizadas em 2025 foram feitas por ajuste direto, num total superior a 176 mil euros. O MICF considera que este padrão pode levantar dúvidas sobre eventual fracionamento de contratos para evitar procedimentos concorrenciais previstos no Código dos Contratos Públicos.

O documento critica também:

A ausência de informação detalhada sobre projetos importantes, como o Balneário Termal e o Alojamento Local.

MOVIMENTO INDEPENDENTE PELO CONCELHO DE FRONTEIRA



Conclusão

A declaração termina afirmando que a posição do MICF não representa oposição sistemática à Junta, mas sim uma defesa de maior rigor, legalidade e transparência na gestão pública da freguesia, mantendo disponibilidade para colaborar na correção das falhas identificadas.

Paulo José Gabriel Lopes

Maria Filomena Pimenta Machado